



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO**



**LEI MUNICIPAL Nº 2.807, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.781, de 2 de março de 2006, Plano de Carreira do Magistério e dá outras providências.*

**DARCILO LUIZ PAULETTO**, Prefeito Municipal de Nova Bassano, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

**FAÇO SABER** que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Altera os dispositivos que menciona da Lei Municipal nº 1.781, de 2 de março de 2015, Plano de Carreira do Magistério e respectivo quadro de cargos e funções.

**Art. 2º.** O art. 14 da Lei supracitada passa a vigorar com a redação a seguir:

*“Art. 14. ....*

*I-.....*

*II- .....*

*III- as licenças para tratamento de saúde de pessoa da família, concedidas na forma da Lei Municipal nº 1.716/2005, gozadas de forma esparsa ou de uma só vez, no que excederem a 30 (trinta) dias ocorridos durante o interstício.*

*IV- Qualquer outro afastamento, remunerado ou não, que exceda a 30 (trinta) dias.*

**Parágrafo único.** *Ficam excepcionados da suspensão prevista no inciso V deste artigo, os afastamentos decorrentes do gozo de licença maternidade, licença prêmio e licença para concorrer a cargo eletivo.*

**Art. 3º.** O Capítulo V da Lei Municipal nº 1.781, de 2 de março de 2006, passa a vigorar com a redação a seguir e acrescido do art. 22-A:

**CAPÍTULO V  
DO RECRUTAMENTO E DA SELEÇÃO**

.....

*“Art. 22. ...*

*I...*

*“II - ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º ao 5º ANO: exigência mínima de formação em curso de nível médio, na modalidade normal e/ou curso normal superior de licenciatura plena ou de pedagogia, com habilitação para as séries iniciais do ensino fundamental ou pós-graduação”;*



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO**



*“III - ENSINO FUNDAMENTAL DE 6º ao 9º ANO: habilitação específica de curso superior em licenciatura plena para as disciplinas respectivas ou formação superior em*

*área correspondente e complementação pedagógica, nos termos do artigo 63 da LDB e demais legislação vigente”.*

*“Art. 22 A- Para as atividades de Educação Física, Artes e Língua Estrangeira, poderão ser admitidos professores com a formação específica para as respectivas áreas, com carga horária de 24 horas semanais, que atuarão na educação infantil e no ensino fundamental”.*

**Art. 4º.** O art. 25 da Lei Municipal nº 1.781/2006, passa a vigorar com a redação abaixo e acrescido do § 4º conforme segue:

*Art. 25. ...*

*I- educação infantil – 20 (vinte) horas semanais, sendo que 20% dessa carga horária fica reservada para horas atividades;*

*II- no ensino fundamental do 6º ao 9º ano- 20 (vinte) horas semanais, sendo que 25% dessa carga horária fica reservada para horas atividades;*

*III- no ensino fundamental de 1º ao 5º ano- 24 horas semanais, sendo que 20% dessa carga horária fica reservada para horas atividades.*

*§ 1º. ....;*

*§ 2º. ....;*

*§ 3º. ....*

*“§ 4º. Os professores admitidos na forma do art. 22-A da presente lei terão carga horária de 24 horas semanais, com atuação na educação infantil e no ensino fundamental, sendo reservado o percentual de 20% (vinte por cento) dessa carga horária para horas atividades”.*

**Art. 5º.** É alterado o art. 26 da Lei Municipal nº 2.781/2006 que passa a vigorar com nova redação e acrescido dos §§ 6º, 7º e 8º, a seguir:

*“Art. 26.....*

*§ 1º A convocação para trabalhar em regime suplementar, nos casos de substituição, só ocorrerá após despacho favorável do Prefeito, consubstanciado em pedido fundamentado do órgão responsável pelo ensino, no qual fique demonstrada a necessidade temporária da medida, que não poderá ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias.*



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO**



*§ 2º. O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, apenas uma vez, a critério da administração, desde que devidamente fundamentado.*

*§ 3º. Na convocação de que trata o caput deste artigo deverá ser resguardada a proporção entre as horas de aula e horas atividades quando para o exercício da docência.*

*§ 4º. Não poderá ser convocado para trabalho em regime suplementar o professor que estiver em acumulação de cargos ou função pública.*

*“§ 5º Pelo trabalho em regime suplementar, o professor perceberá valor correspondente à remuneração de seu cargo, na base em que se der o regime normal da convocação, observada a proporcionalidade da carga horária semanal suplementada”.*

*“§ 6º. O valor percebido pelo professor em razão da convocação para prestar serviço em regime suplementar, nos termos do § 3º do art. 26 desta Lei, mesmo que não percebido durante todo o período aquisitivo, será computado proporcionalmente para fins de pagamento da gratificação natalina e da remuneração de férias devidas ao professor”.*

*“§ 7º. Aplica-se a norma do § 5º deste artigo, independentemente da razão que motivou a convocação do professor”.*

*“§ 8º. No caso de convocação para o exercício de diretor e/ou vice-diretor não se aplica o prazo estabelecido no parágrafo 2º, permanecendo enquanto durar a nomeação para a função.*

**Art. 6º.** Ficam revogadas as Leis Municipais nºs 2.425, de 2011, 2.691, de 2014 e 2.773/2015.

**Art. 7º.** As demais disposições da Lei Municipal nº 1.781/2006, Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, permanecem inalteradas.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA BASSANO, aos 17 dias do mês de dezembro de 2015.

**DARCILO LUIZ PAULETTO**

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Maria Helena Giombelli Gabardo  
Secretária Municipal da Administração